

Preocupados com o crescente número de terrenos e áreas invadidas, o surgimento de novas favelas, a situação financeira, o desemprego, as dificuldades para aquisição da casa própria

pelo sistema financeiro e o preço dos aluguéis, a SER VI, por meio de sua gerência de Desenvolvimento Territorial Urbano e Meio Ambiente, elaborou o Projeto: HABITAÇÃO POPULAR x SAÚDE – MÃOS À OBRA, destinado a construção de casas populares com a parceria entre Prefeitura e população.

A proposta desse projeto, descrita a seguir, é um dos modelos que será analisado visando aos reassentamentos decorrentes do Programa BID-FOR.1

Projeto: Habitação Popular x Saúde – Mãos à Obra

Público-alvo – famílias carentes organizadas em associações, instaladas em áreas de invasão e de risco, com condições financeiras de até 3 salários mínimos a partir da doação de lotes urbanizados para construir casas no sistema de mutirão.

Objetivo – dar melhores condições de moradia e saúde para populações de baixa renda da área de atuação da SER VI, com a construção de casas populares, por meio de uma parceria entre Prefeitura e população.

Competências da Prefeitura – SER VI

- Estudo e seleção da comunidade
- Divulgação do projeto e esclarecimentos de dúvidas para a população;
- Cadastramento e levantamento de dados das comunidades;
- Levantamento e estudo de terrenos e áreas públicas adequadas para implantação do projeto;
- Loteamento do terreno;
- Legalização do terreno;
- Elaboração de contratos e documentos de posse;
- Elaboração de um kit de construção padrão, constando de projetos arquitetônicos, instalações, projeto piloto e ampliações, orçamentos, memoriais, quantitativos etc. que será entregue por ocasião da assinatura do contrato;
- Implantação da infra-estrutura básica, água, luz, pavimentação/drenagem;
- Urbanização e arborização da área;
- Fiscalização e acompanhamento técnico das obras;
- Doação do terreno por meio de um documento de posse após três anos de residência (intransferível).

Competências da comunidade:

- Ter associação devidamente documentada e legalizada;
- Apresentar documentação necessária ao cadastramento;
- Ter pleno conhecimento do projeto, das regras e dos critérios;
- Participar com a mão-de-obra em sistema de mutirão da construção da infra-estrutura;
- Escolher o sistema mais adequado para a construção das casas;
- Assinar o contrato;
- Adquirir o material;
- Atender às exigências e às normas de projeto (kit de construção)

- Construir as casas conforme projetos recebidos;
- Assinar o termo de posse;
- Manter o imóvel em condições satisfatórias de higiene e saúde;
- Cumprir às exigências do contrato e do termo de posse.

Sistemas de construção que serão apresentados à comunidade para escolha

- Sistema Individual – Inicialmente é feito o sorteio dos lotes entre os selecionados e cada família se encarregará da construção de sua casa, seguindo rigorosamente o projeto padrão ou o ampliado, empregando o ritmo de construção que mais lhe convier, dependendo das condições financeiras.

Vantagens

- construção mais rápida (para os que têm melhores condições financeiras);
- a não dependência de outras pessoas para concluir sua casa e habitá-la.

Desvantagens

- difícil fiscalização e controle de material fora das especificações;
- descaracterização do projeto;
- excesso de lotes vazios (aguardando melhores condições financeiras para começar as obras);
- Sistema Condominial / Mutirão – Baseado no orçamento da unidade padrão e nas condições financeiras dos membros da comunidade, é feito um rateio mensal administrado pela comunidade, destinado à compra dos materiais que serão empregados na construção de todas as casas, simultaneamente, em regime de mutirão, e somente ao final, com a conclusão de todas as unidades, é feito o sorteio das casas.

Vantagens

- Facilidade de fiscalização;
- Maior padronização;
- Simultaneidade das fases de início, conclusão e habitação de todas as casas;
- Maior participação e empenho na construção, por não saberem qual vai ser sua casa.

Desvantagens

- Longo prazo (dependendo das condições financeiras da comunidade)
- Necessidade de um controle rígido por parte da comunidade nas prestações de contas e aplicações do dinheiro arrecadado;
- Controle e aplicação de punição aos inadimplentes;
- Maior conscientização da população.

Quanto aos procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza nas **desapropriações**, pode-se citar como exemplo os casos ocorridos quando da implantação da Via Expressa, no trecho compreendido entre a Avenida da Abolição e a Rua Dr. José Frota (1º Anel Viário).

Neste caso foi feita a avaliação dos imóveis, seguindo as Normas de Avaliação definidas pela ABNT, utilizando-se critérios separados para terrenos, cujos valores foram estabelecidos a partir de pesquisa de mercado com imobiliárias, e, edificações, onde foram calculados os custos do metro quadrado de construção para cinco padrões-tipo, definidos em função da estrutura, cobertura, forro, piso, pintura, banheiros e esquadrias .

Os terrenos só foram desapropriados integralmente quando a área restante, excluindo a faixa comprometida pela obra, não permitisse edificação segundo o disposto na Legislação de Uso e Ocupação do Solo.

No caso das edificações, foi adotado o critério de desapropriação de toda a área construída, sempre que a fração restante do imóvel fosse insuficiente para reconstrução, segundo a legislação mencionada.

Nesse trecho de implantação da Via Expressa foram atingidos 85 imóveis, desapropriados a partir do Decreto nº 10.415, de 03 de novembro de 1998, encontrando-se cada imóvel em etapas diferenciadas de negociação a cargo da SMDT, da Secretaria Executiva Regional – SER II e da Secretaria de Finanças do município.

A partir dos 65 laudos de avaliação elaborados, constatou-se que 61 imóveis são de uso residencial, 2 imóveis de uso misto (residência e comércio) e 2 imóveis de uso comercial. Nesse trecho de implantação da Via Expressa, todos os imóveis, por opção dos proprietários, serão desapropriados, não tendo sido considerada pelos órgãos municipais envolvidos a necessidade de reassentamento.

Para fins do Programa de Transporte, esse processo poderá ser utilizado e, se necessário, adequado às especificidades dos reassentamentos porventura a serem realizados.

Ressalta-se que, nesses casos, deverá ser observada toda a legislação urbana aplicável à habitação de interesse social no município.

2 – LEGISLAÇÃO APLICADA AO REASSENTAMENTO

XEROX – 1/13

3 – POLÍTICA DO BID

- **Política Operacional e Documentos Antecedentes do Reassentamento Involuntário (OP-710, aprovada em 22/julho/1998)**

Definição e Escopo

- Abrange qualquer deslocamento físico involuntário de pessoas causado por um projeto do Banco.
- Aplica-se a todas as operações financiadas pelo banco, nos setores público e privado, seja financiamento canalizado diretamente para obras múltiplas de programas de crédito por etapas multisetoriais.
- Exclui esquemas de colonização e o reassentamento de refugiados ou vítimas de desastres naturais.

Objetivo

Minimizar a perturbação do meio em que vivem as pessoas na área de influência do projeto, evitando ou minimizando a necessidade de deslocamento físico, assegurando que, quando as pessoas forem deslocadas, sejam tratadas equitativamente e possam compartilhar dos benefícios do projeto que requer o seu reassentamento.

Princípios

- 1) Será envidado todo esforço para evitar ou minimizar a necessidade de reassentamento involuntário.
- 2) Quando o deslocamento for inevitável, um plano de reassentamento deve ser elaborado a fim de assegurar que as pessoas afetadas recebam compensação e reabilitação adequadas.

Considerações especiais

Dimensão – quando o número de pessoas a serem reassentadas for muito pequeno a elaboração de um plano de reassentamento pode não ser necessária. É possível considerar a mudança antes do projeto avançar realizando-se convênios ou contratos acordados entre o empreendedor e a população afetada.

Mudança como objetivo do projeto

Quando um objetivo importante de uma operação for mudar pessoas de áreas impróprias para a habitação humana, ou como em projetos de melhoria urbana, proporcionar infra-estrutura básica ou resolver problemas de posse da terra, o princípio orientador será minimizar a perturbação da população afetada.

O ponto de vista da população afetada será levado em conta na elaboração e execução do plano de reassentamento e, sempre que possível, procedimentos voluntários serão estabelecidos a fim de determinar quais domicílios que serão relocados e os que têm acesso às oportunidades equivalentes ou a melhores empregos e aos serviços urbanos.

Análise de risco de empobrecimento

Quando as informações de base indicarem que um número substancial de pessoas a serem reassentadas pertence a grupos marginalizados ou de baixa renda, deve-se considerar especialmente os riscos de empobrecimento a que poderão ficar expostos em virtude do reassentamento, em consequência do seguinte:

- perda de habitação, terras ou acesso à propriedade comum ou outros direitos, à propriedade imobiliária em decorrência da falta de título claro, da pressão econômica ou de outros fatores;
- perda de emprego;
- perda de acesso aos meios de produção;
- insegurança alimentar, maior morbidade ou mortalidade;
- Desarticulação das redes sociais; e perda de acesso à educação.

Uma análise pormenorizada será realizada na primeira oportunidade, cobrindo gênero, etnia e outros fatores socioeconômicos, a fim de determinar os riscos e formular medidas preventivas para minimizá-los.

Nesse contexto, a compensação em dinheiro não será oferecida como opção, a menos que o ambiente institucional e o mercado habitacional ou os serviços complementares incluídos no plano de reassentamento sejam tais que assegurem que possa ser investido de forma a restaurar o padrão de vida da população afetada.

Comunidades indígenas

Os indígenas e outras comunidades étnicas de baixa renda, cuja identidade é baseada no território que têm ocupado tradicionalmente, são especialmente vulneráveis aos efeitos perturbadores e empobrecedores do reassentamento.

Eles geralmente carecem de direitos formais de propriedade das áreas das quais dependem para a sua subsistência e ficam em desvantagem para pressionar as suas reivindicações de compensação e reabilitação.

O BID, portanto, só apoiará operações que implicam deslocamento de comunidades indígenas ou outras comunidades étnicas de baixa renda, se ele puder assegurar-se de que:

- O componente de reassentamento traga benefício direto para a comunidade afetada em comparação com a sua situação anterior;
- os direitos consuetudinários sejam plenamente reconhecidos e compensados justamente;
- as opções para reassentamento incluam compensação de terra por terra;
- se as pessoas afetadas derem o seu consentimento informado das medidas de reassentamento e compensação.

Empréstimos Globais e setoriais

Necessário incluir nessas operações, disposições com vistas a assegurar que qualquer reassentamento eventualmente requerido seja realizado em conformidade com as políticas e diretrizes do Banco, da seguinte forma:

Empréstimos globais

Quando uma operação global – crédito global, obras múltiplas, em etapas, fundos de investimento social, desenvolvimento municipal – proporcionar financiamento por meio de órgãos intermediários para subprojetos que não sejam identificados *ex ante*, não é possível preparar planos de reassentamento com antecedência.

Os impactos prováveis de reassentamento serão identificados por meio de análise de uma amostra de projetos e por meio de considerações genéricas sobre os tipos de projeto que se espera financiar, e serão considerados de acordo com as diretrizes de reassentamento involuntário.

Quando o reassentamento for identificado como um impacto potencial, será realizada uma análise de contexto jurídico e institucional local de forma que os mecanismos apropriados de execução possam ser identificados e desenvolvidos.

Os regulamentos operacionais incluirão procedimentos para identificar quaisquer projetos que possam implicar reassentamento e para aplicar os requisitos que atendam às política e às diretrizes do Banco no que diz respeito ao reassentamento involuntário.

Empréstimos setoriais

- Alguns empréstimos setoriais visam a promover crescimento e investimento em setores que requerem a construção de infra-estrutura que, provavelmente, cause reassentamento involuntário – transporte, geração de eletricidade, água e esgoto entre outros.
- Nesses casos, nos quais os empréstimos setoriais incluam iniciativas para fortalecer a capacidade institucional e reformar o contexto regularmente, serão promovidas disposições adequadas para práticas prudentes de reassentamento.

Reassentamento Temporário

Quando um projeto requer o reassentamento temporário de pessoas, as atividades de reassentamento estarão sujeitas às considerações e aos critérios coerentes com essa política, ao mesmo tempo em que se leva em conta a natureza temporária do deslocamento.

O objetivo continua a ser minimizar a perturbação da população afetada.

Tentar evitar os impactos irreversíveis – perda de emprego – proporcionando serviços temporários satisfatórios e, quando apropriado, compensação para dificuldades transitórias.

CrITÉRIOS para Formulação e Avaliação do Plano de Reassentamento

- Conclusão de que um projeto alternativo que inclui um componente de reassentamento é o meio mais desejável de alcançar os objetivos do projeto;
- Plano completo de reassentamento é necessário; os seguintes critérios serão aplicáveis;
- Informações básicas – número de pessoas a serem reassentadas e sobre as suas características socioeconômicas e culturais inclusive desagregação por gênero.
- Dados proporcionarão uma base importante para definição de critérios de elegibilidade e requisitos de compensação e reabilitação.

Participação da Comunidade

O plano de reassentamento incluirá os resultados das consultas realizadas de forma oportuna e socioculturalmente apropriada com uma amostra representativa das comunidades, deslocada e anfitriã.

As consultas serão feitas durante a fase de elaboração e continuarão durante toda execução e supervisão do plano, diretamente ou por meio de instituições representativas e organizações comunitárias.

Compensação e Reabilitação

Opções de compensação e reabilitação para os bens perdidos e os meios necessários para restaurar a subsistência e a renda, para reconstruir as redes sociais que apóiam a produção, os serviços e a assistência mútua, para compensar as dificuldades de transição - perdas de colheita, custos de mudança, interrupção ou perda de emprego, perda de renda, entre outras.

Essas medidas devem ser tomadas de forma oportuna para assegurar que as dificuldades transitórias não sejam desnecessariamente prolongadas nem resultem em danos irreparáveis.

As opções oferecidas devem ser apropriadas para as pessoas afetadas e refletir a sua capacidade e aspirações realistas.

A proposta de compensação e reabilitação deve levar em conta os bens intangíveis, especialmente bens sociais e culturais não monetários e, principalmente, no caso de populações rurais, dos direitos consuetudinários à terra e aos recursos naturais.

Opções de habitação e serviços, quando incluídos, serão apropriados para o contexto social, cultural e pelo menos, atenderão aos padrões mínimos de abrigo e acesso aos serviços básicos independentemente das condições anteriores ao reassentamento.

A estruturação das propostas de compensação e as consultas à comunidade e aos mecanismos de tomada de decisão, incluídos no programa de reassentamento, levarão em conta as características da população reassentada, tais como identificados nos dados básicos desagregados no que diz respeito a gênero, etnia, idade e quaisquer outros fatores que indiquem necessidades e vulnerabilidades especiais.

Contexto Jurídico e Institucional

O plano de reassentamento deve identificar o contexto jurídico e institucional dentro do qual as medidas de compensação e reabilitação terão de ser implementadas.

Primeiro passo: - determinar o direito das pessoas afetadas nos termos das leis e regulamentos aplicáveis.

Identificar quaisquer serviços ou benefícios sociais aos quais possam ter acesso e assegurar a disponibilidade de recursos suficientes.

Segundo Passo - avaliar quais medidas adicionais são necessárias, caso haja, para restaurar o meio de vida da população afetada ao padrão anterior ao reassentamento e criar mecanismos capazes de fornecer os bens ou serviços necessários, inclusive procedimentos efetivos e rápidos de solução de disputas.

Meio Ambiente

Os planos de reassentamento devem levar em conta, considerações ambientais a fim de impedir ou aliviar qualquer impacto resultante do desenvolvimento da infra-estrutura, adensamento da área anfitriã ou pressão sobre recursos naturais e áreas ecologicamente sensíveis.

O Plano de Reassentamento deve passar por uma consulta junto à população afetada e estar disponível como parte do EIA antes da missão de análise.

Incluir informações suficientes para ser avaliado juntamente com outros componentes do projeto.

Mínimo desses componentes

- provas de que medidas apropriadas foram tomadas para impedir novos assentamentos na área sujeita ao reassentamento;
- data provisória de corte para elegibilidade a compensação;
- estimativa do número de pessoas a serem reassentadas com base em dados razoavelmente confiáveis;
- definição das várias opções a serem colocadas à disposição por meio da proposta de compensação e reabilitação;
- estimativa do número de pessoas que serão elegíveis para cada opção;
- orçamento preliminar e cronograma de execução;
- diagnóstico da viabilidade do contexto regulamentar e institucional, identificando as questões a serem resolvidas;
- provas de consultas com população afetada;
- resumo do plano no Relatório de Impacto Ambiental.

Um plano final de reassentamento será submetido à aprovação da administração do Banco, como suplemento ao EIA, antes da distribuição dos documentos operacionais para consideração pela Diretoria Executiva.

O Plano final deve conter o seguinte:

- Definição da proposta final de opções de compensação e reabilitação;
- Critérios de elegibilidade para cada opção;
- Estimativa razoavelmente precisa do número de pessoas que receberão cada opção ou combinação;

- Acordos institucionais e mecanismo de execução que disponham sobre implementação das leis e regulamentos aplicáveis referentes à expropriação, aos direitos de propriedade e a administração das atividades de reassentamento que, de forma oportuna, atribuam claras responsabilidades para a execução de todos os elementos do plano de reassentamento e disponham sobre a coordenação apropriada com outros componentes do projeto;
- Orçamento final financiado dentro do orçamento geral do projeto;
- Um calendário de execução de atividades requerido para prestar os bens e serviços, que constituem a proposta de compensação e reabilitação, vinculados aos pontos principais do projeto global, para que os lugares de realocação (e outros serviços) estejam disponíveis no momento oportuno;
- Disposições sobre consulta e participação das entidades locais (públicas e privadas), que possam contribuir para a execução e assumir responsabilidade pela operação e manutenção dos programas e da infra-estrutura;
- Disposição sobre monitoramento e avaliação, inclusive custeio, do início do período de execução até a data alvo para consecução da plena reabilitação das comunidades reassentadas;
- Disposição sobre acordos participativos de supervisão que, combinados com o monitoramento, possam ser usados como sistema de advertência para identificar e corrigir problemas durante a execução; e
- Mecanismo para a resolução de disputas sobre terra, compensação e quaisquer outros aspectos do plano.

Monitoramento e avaliação

O componente de avaliação de uma operação deve ser abrangido plena e especificamente nos relatórios de adiantamento do projeto geral e incluído no contexto lógico da operação.

As atividades de monitoramento concentrar-se-ão no cumprimento do plano de reassentamento em termos de condições sociais e econômicas alcançadas ou mantidas nas comunidades, reassentadas e anfitriã.

O plano e o convênio de empréstimo especificarão os requisitos de monitoramento e avaliação, bem como marcos para avaliar essas condições em intervalos críticos relacionados com o progresso da execução geral do plano.

A avaliação final será programada numa data alvo, prevista para a conclusão do plano.

Coordenação com outras políticas e diretrizes do Banco

A aplicação desta política será facilitada por diretrizes operacionais abrangentes sobre reassentamento involuntário, a serem divulgadas pela Administração.

Referências: Políticas sobre Preparação, Avaliação e Aprovação de Projetos – OP – 302

Desenvolvimento Urbano e Habitação - OP – 751

Divulgação de Informação - OP – 102

Mulheres no Desenvolvimento – OP – 761

Meio Ambiente – OP – 703, entre outras.

4 – TERMO DE REFERÊNCIA PARA O PLANO DE REASSENTAMENTO

O termo de referência, a seguir proposto, foi elaborado considerando:

- legislação aplicada ao reassentamento;
- política do BID;
- termo de referência para preparação do Plano de Reassentamento e Compensação da População Afetada do Programa Rodoviário Ceará II (BID 1/7/96)
- Plano de Reassentamento e Compensação da População Afetada - Programa Rodoviário Ceará II – DERT/CE abril/97

Programa BID-FOR.1 - Plano de Compensação e Reassentamento da População Afetada – Termo de Referência

I – Introdução

O Programa BID-FOR.1 envolve obras de duplicação de vias as quais pressupõe liberação de faixas de terrenos em um ou dois dos lados dessas. Também algumas obras de adequação estarão sujeitas a alargamentos.

Nesses trechos viários será necessária a desapropriação de imóveis e terrenos, sendo que, nos casos das ocupações por população de baixa renda, prevê-se a relocação mediante de um processo planejado de reassentamento.

Nos projetos de engenharia das vias foi adotado como critério minimizar a interferência sobre esse grupo populacional. Contudo, parte dele estará sujeita às interferências das obras propostas.

O cadastro socioeconômico destinado a identificar e quantificar o grupo populacional sujeito ao reassentamento será elaborado no âmbito dos estudos ambientais do Programa BID-FOR.1 e subsidiará a elaboração do Plano de Compensação e Reassentamento.

II – Objetivos, Princípios e Diretrizes Básicas do Plano

Os objetivos gerais do Plano são:

- melhorar o padrão de vida, a capacidade produtiva e os níveis de renda das pessoas diretamente afetadas pelas obras ou, no mínimo, o de restaurar os padrões anteriores num prazo razoável de tempo. O Plano deverá também garantir que a população residente no entorno das áreas hospedeiras não sofram reduções no padrão de vida, na capacidade produtiva e nos níveis de renda em decorrência do reassentamento do grupo populacional deslocado;
- ter garantida sua sustentabilidade econômica e social. Para tanto, deverão ser estabelecidas metas quantificáveis, cronogramas, orçamentos e responsabilidades pela sua implementação.

Princípios e diretrizes:

- o reassentamento involuntário deverá ser entendido como um processo de melhoria da qualidade de vida dessa população e não como medida pontual de mitigação de impactos. Tem, portanto, que ser planejado e avaliado ao longo do tempo, ser iniciado antes das obras e concluído após atingidas as metas estabelecidas quanto às condições de vida da população. Ou seja, pressupõe acompanhamento de todo o processo e ajustes quando necessário;
- o cronograma de planejamento e a implantação do reassentamento deverá ser adequado aos cronogramas de projeto e obras. Os custos do reassentamento estão discriminados no Plano e deverão estar incluídos nos custos do Empréstimo e da Contrapartida, a saber: casas e infra-estrutura, no Empréstimo e terreno, na Contrapartida;
- deverá ser criada na SMDT uma Unidade de Acompanhamento Ambiental do Programa BID-FOR-1 que terá entre suas funções viabilizar e acompanhar os processos de desapropriação e reassentamento. Poderá ser estudada a viabilidade de terceirizar o acompanhamento e gestão do processo de reassentamento (adequação das famílias ao novo local de residência etc.). Esta unidade estará vinculada a Unidade Executora do Programa, com vínculos bem definidos.;
- Deverão ser estabelecidos os canais de comunicação e os mecanismos de articulação com os demais órgãos/entidades públicas envolvidas, organizações não governamentais, associações de beneficiários etc.;
- a participação efetiva da população afetada deverá ocorrer nas fases de planejamento e execução do processo de reassentamento. Para tanto, a SMDT deverá implementar um Programa de Interação com a Comunidade que deverá prever esclarecimentos e participação comunitária ao longo de todo o processo. A participação comunitária desde o planejamento facilitará o fornecimento, pela comunidade, de informações válidas, garantirá uma melhor adequação das propostas às aspirações da população e permitirá o estabelecimento de procedimentos, rotinas e responsabilidades a serem compartilhadas durante o processo. Todos os eventos que ocorrerem no âmbito do Programa de Interação com a Comunidade deverão ser pré-agendados e registrados em documentos que deverão ser anexados ao Plano de Reassentamento e, posteriormente, arquivados pela Unidade de Acompanhamento Ambiental;
- a “comunidade hospedeira”, considerada aquela do entorno da área que receberá a população reassentada, também deve ser considerada no planejamento e na implantação do reassentamento. Os serviços básicos e de infra-estrutura ofertados à população afetada deverão estar disponíveis para a comunidade hospedeira facilitando a integração dos dois grupos e minimizando o risco de conflitos;
- deverão ser estabelecidos os critérios para determinar o direito das pessoas afetadas:
 - ✓ ao lote recebido para substituir o anterior;
 - ✓ à moradia;
 - ✓ à recuperação das condições de vida anteriores;
- deverão ser considerados como conceitos básicos aplicáveis ao Plano de Reassentamento

Compensação: ressarcimento em dinheiro ou bem imóvel a que têm direito as pessoas afetadas pelo projeto, nos termos dos regulamentos e leis do País.

Indenização: processo de compensação pecuniária por perda involuntária de bem, em função do interesse público.

Reassentamento: processo de transferência e recuperação causado por impacto do projeto através da mudança da população da área afetada para a área hospedeira.

Desapropriação: ato de um Governo pelo qual, nos exercícios de sua autoridade, toma ou modifica direito de propriedade de um indivíduo.

População Afetada: pessoas diretamente afetadas pelas atividades relacionadas com o projeto, por perda de emprego, moradia, terra ou outros bens.

Área Afetada: área que sofrerá impacto direto do projeto, gerando desocupação total do espaço (população, edificações, benfeitorias e atividades).

Área Hospedeira: área onde será reassentada a população afetada.

Comunidade Hospedeira: comunidade residente no entorno das áreas hospedeiras.

Área de Entorno da Área Afetada: áreas lindeiras às áreas afetadas.

Área de Projeto: área correspondente à via e à faixa de domínio.

Unidade Comercial: pessoa jurídica ou atividade comercial informal (imóvel+atividade comercial).

Unidade Residencial: imóvel ou parte do imóvel e grupo familiar usuário (imóvel+núcleo familiar).

Unidade Familiar: pessoa ou grupo de pessoas que vivem em união em determinado imóvel.

Impacto Direto do Projeto: transformações físicas e socioeconômicas na área de influência direta do projeto.

Impacto do Reassentamento: transformações físicas e socioeconômicas sobre a área hospedeira e a comunidade hospedeira, decorrentes de transferência da população.

Mitigação: compensações relativas a impactos do projeto.

Transferência: mudança de pessoa para outro bem imóvel com infra-estrutura.

- será definido como grupo a ser reassentado o conjunto de famílias com renda per capita de R\$ 119,68 (cento e dezenove reais e sessenta e oito centavos)
- deverão ser definidas: data limite de elegibilidade, data de avaliação das perdas, direitos de habitação;
- o Plano de Compensação e Reassentamento deverá prever que a compensação leve em conta o custo de reposição das perdas;
- deverão ser ofertados novos locais de moradia, com garantia de acesso ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, transporte coletivo, coleta de lixo e outros serviços básicos de infra-estrutura urbana;
- as pessoas deslocadas deverão receber ajuda para mudança;
- a recuperação econômica e social das famílias deverá considerar as organizações sociais existentes. Dentre as ações de recuperação econômica e social que poderão ser implementadas, destacam-se: cursos de formação de mão-de-obra e absorção de mão-de-obra na execução do projeto (construção de moradias, infra-estrutura, etc.). Especial atenção deve ser dada às mulheres;
- o Plano deverá definir aspectos relativos à titulação das novas propriedades aos reassentados, estabelecendo: tempo de carência para obtenção do registro de imóvel, pessoa da família que deverá receber o título da propriedade, condições para transferência do direito de posse, pagamento pela nova moradia.

III – Diagnóstico da População Afetada

A produção do Plano de Concepção e Reassentamento deverá apoiar-se em cadastro físico-fundiário e pesquisa socioeconômica.

A data da pesquisa poderá ser adotada como a data limite para a habilitação ao reassentamento (data de elegibilidade).

O cadastro e a pesquisa subsidiarão o diagnóstico da população afetada, informando:

- número de unidades familiares identificadas para o reassentamento;
- regime de utilização do imóvel, indicando se residencial ou de uso misto (residência/comércio, residência/serviço, residência/indústria);
- perfil do chefe da família (sexo, estado civil, idade, escolaridade, emprego);
- tamanho da unidade familiar;
- procedência da família;
- faixa etária, escolaridade e situação escolar dos membros da família;
- renda familiar;
- utilização da renda familiar;
- acesso da família a equipamentos e propriedade de outros imóveis (indicadores das condições de vida e economia familiar);
- acesso da família a serviços básicos (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, serviços e equipamentos urbanos e sociais);
- acesso entre: moradias/locais de emprego e moradias/equipamentos urbanos e sociais;
- condições da moradia, especificando: tipo de imóvel, ocupação do lote, idade da casa e reformas, propriedade do terreno e da casa, nº de quartos, nº de banheiros, nº e especificação de cômodos, nº de pavimentos, material e conservação das paredes, tipo e conservação dos pisos, tipo e conservação da cobertura da casa, estado de conservação das janelas e portas, tipo de pavimentação da rua em frente da moradia;
- tamanho do imóvel, especificando área do terreno e área construída;
- valor do imóvel (casa e terreno);
- situação legal do imóvel (documento de propriedade);
- participação da família em organizações comunitárias;
- expectativas quanto às compensações e ao reassentamento.

IV- O Plano de Compensação e Reassentamento da População Afetada

Com base nos objetivos, nos princípios e nas diretrizes básicas definidas para o Plano e nos dados do cadastro físico e pesquisa social, será elaborado o Plano com o seguinte escopo:

- Objetivos do Plano;
- Diagnóstico da População Afetada;
- Marco Legal e Institucional
- Mecanismos de participação comunitária;
- Direitos das pessoas afetadas;
- Alternativas de compensação / negociação;
- Processo de reassentamento;
- ✓ descrição do processo;

- ✓ local de reassentamento e soluções habitacionais (critérios de escolha, características da área hospedeira etc.);
- ✓ condições do entorno (urbanísticas e populacionais);
- ✓ restrições urbanísticas, sociais e de saúde na área hospedeira e entorno;
- ✓ aprovação de projetos e licenciamento ambiental das áreas hospedeiras;
- ✓ procedimentos de construção;
- ✓ mecanismo de financiamento;
- ✓ mecanismo de transferência de títulos;
- ✓ fornecimento da infra-estrutura comunitária e de serviços básicos (eletricidade, água, esgotos, pavimentação de vias, escolas, centros de saúde, parques e áreas de lazer, transporte público, centros comunitários, creches) com ampliação, se necessário, para a população do entorno;
- Recuperação econômica e social (descrição dos mecanismos como cursos, treinamentos profissionais, linhas de crédito, etc. e de estratégias de organização comunitária);
- Deslocamento físico da população;
- Cronograma do processo de reassentamento (compatibilizado com o de obras);
- Orçamento;
- Gestão do Plano/acompanhamento e avaliação.

5 – MODELO DO QUESTIONÁRIO

7 – PROGRAMA 7: PAISAGISMO, PROTEÇÃO DE
ÁREAS VERDES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

7 – PROGRAMA 7: PAISAGISMO, PROTEÇÃO DE
ÁREAS VERDES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- Manual de Arborização – Espécies Ornamentais Urbanas

8 – PROGRAMA 11:
PROGRAMA DE CARGAS PERIGOSAS

8 – PROGRAMA 11:
PROGRAMA DE CARGAS PERIGOSAS

- Escopo Básico para Elaboração do Plano de Contingência

ESCOPO BÁSICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência deverá constituir um instrumento que oriente a atuação da SEMAM e ETTUSA, em conjunto com demais órgãos intervenientes, voltados para estruturar, coordenar e desencadear ações preventivas e emergenciais frente a cargas perigosas.

A meta principal do Programa BID-FOR.1 é implementar o Plano de Coleta e Distribuição de Carga e Descarga evitando o risco de acidentes. No contexto deste, será incluído o Plano de Contingência, fornecendo indicações para a prevenção e a ação frente a acidentes com cargas perigosas.

Os produtos perigosos estão relacionados na Norma Brasileira NBR-7502 sendo definidos *como aqueles que apresentem riscos para a saúde das pessoas, para a segurança pública e para o meio ambiente.*

O transporte desse tipo de carga foi regulamentado em 1983, mediante o através o Decreto Federal nº 88.821, de 06/10/83.

Em 1988 outro Decreto Federal de nº 96.044 aprovou o regulamento para o transporte de produtos perigosos, que define as condições a serem observadas pelo pessoal envolvido na operação de transporte, deveres, obrigações, responsabilidades relativas aos veículos, equipamentos, cargas, acondicionamento, itinerário, estacionamento, documentação e procedimentos em casos de emergência, acidente ou avarias.

O regulamento de 1988 dá atribuições ao Ministério dos Transportes, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Polícias Rodoviárias, Ministério do Exército, Defesa Civil, Polícias Militares, Sindicato dos Transportes, Órgãos Ambientais e Prefeituras.

Fundamentado na legislação vigente, o Plano de Contingência integrante do “Plano de Coleta e Distribuição de Carga e Descarga” a ser elaborado para a município de Fortaleza deverá conter, no mínimo, os seguintes temas:

- Apresentação/Introdução
- Objetivos
- Metodologia
- Relação do perfil das fontes produtoras e consumidoras de cargas perigosas no município de Fortaleza
- Levantamento de rotas atuais e potenciais
- Levantamento de elementos de interesse ambiental nas rotas
- Levantamento e análise das condições das vias urbanas quanto à vulnerabilidade ambiental
- Indicação e descrição de medidas de socorro e urgência
- Indicação de equipamentos e materiais para emergências
- Proposição da estruturação jurídico-institucional do sistema municipal de transporte de cargas perigosas
- Estrutura institucional/operacional para atendimento ao plano de emergência.